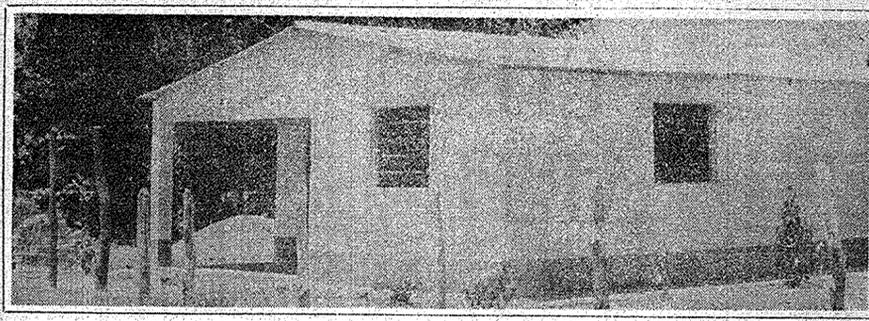


SAO PAULO - SP 21.3.77 14.87335

DO PATERNALISMO À INDEPENDÊNCIA

Os índios terenas, às vésperas da emancipação

Luis Cláudio Pinheiro
Enviado especial



POSTO Taunay, Mato Grosso — Um dos grupos indígenas em processo mais evoluído de integração à sociedade branca prepara-se para receber, no dia 22 de abril, a visita do Presidente Geisel. São os índios terenas, que habitam 15 aldeias no Município de Aquidauana, no Sul do Mato Grosso. Eles podem ser também os primeiros a se beneficiarem da emancipação — sugerida pelo Ministro do Interior Rangel Reis — deixando de ser considerados *menores de idade* e tornando-se cidadãos brasileiros.

A comitiva presidencial descerá no campo de pouso do Posto Taunay, que tem jurisdição sobre quatro aldeias terenas, e trará — além do Presidente da Funai, General Ismarth de Araújo — o próprio Ministro Rangel Reis. Será a primeira vez que um Presidente da Revolução visitará oficialmente uma reserva indígena, mantendo reuniões com o Conselho Tribal — o organismo político interno dos índios, formado pelos *capitães de aldeia* (caciques).

Os terenas são o único grupo indígena brasileiro cuja população encontra-se em crescimento. Suas 15 aldeias contam atualmente cerca de 8 mil pessoas. A maior delas é a de Bananal, onde ficará a comitiva do Presidente, com quase 3 mil índios. Oito postos da Funai controlam essas aldeias e seus funcionários são a autoridade máxima dentro da reserva.

As aldeias terenas estão muito longe de se assemelharem à idéia que geralmente se faz de uma aldeia indígena. No lugar das malocas, as casas são de tijolos e têm cobertas de telhas. Qualquer terena sabe falar corretamente o português, apesar do forte sotaque (embora entre si só falem em sua língua). O cristianismo, as roupas industrializadas e até a televisão a pilha fazem parte hoje dos costumes locais. A educação primária e se-

cundária é ministrada a todos os terenas, jovens ou velhos, pelas próprias mulheres da tribo — não há professores brancos na região. Alguns deles cursam faculdades em Aquidauana, Campo Grande e outras cidades. Mas até mesmo estes se perguntam se, afinal, os terenas estarão preparados para a emancipação.

Os terenas não são mais caçadores. Tanto o arco e a flecha como a própria caça estão desaparecendo das reservas. A vida econômica da tribo está agora fundada no trabalho braçal que seus homens adultos fazem para os fazendeiros da região. Através do chefe dos postos indígenas da Funai, esses fazendeiros contratam grupos de 30, 50 ou mesmo 100 índios de uma só vez e os levam para trabalhar em desmatamento e outras empreitadas em suas fazendas. As aldeias, assim, ficam entregues às mulheres e crianças. Os salários que os homens recebem dos fazendeiros (cerca de Cr\$ 25,00 por dia de serviço) constituem a principal fonte de recursos das aldeias.

Sempre sobram, entretanto, alguns índios adultos para trabalhar nas roças de arroz, feijão, mandioca, batata-doce e algumas outras que são cultivadas dentro das próprias aldeias. Além dessas roças, os terenas são grandes produtores de frutas, especialmente mangas e bananas. Mas toda essa produção está longe de assegurar a independência econômica dos índios, porque se destina quase sempre ao consumo interno das aldeias. Apenas esporadicamente uma ou outra leva de mangas ou bananas é comercializada para o mundo branco.

Apesar do seu recente desenvolvimento na produção agrícola, os terenas continuam a depender das empreitadas de trabalho que os homens adultos realizam para os fazendeiros. Ou seja: os índios seguem trabalhando para terceiros, fora de casa, e não para

seus próprios, dentro das aldeias. A introdução do cultivo do arroz, no ano passado, pode modificar um pouco a situação, porque esse arroz se destina a ser comercializado — os índios não têm como beneficiá-lo. Mas, até agora, os terenas não conseguiram vender nem uma saca, cuja produção da primeira safra encontra-se estocada.

Para Tibúrcio, *capitão de aldeia*, de Bananal, a questão da independência econômica deve ser colocada antes das discussões sobre a emancipação. Explica o chefe terena: "O que nós precisamos é de um trator de esteira, para roçar a terra, e de um caminhão, para a gente poder vender a produção nas cidades. Se o índio tivesse máquina para desmatar e roçar, e transporte pra levar produção pra fora, então índio teria independência econômica pra poder ser emancipado. A Funai nunca deu trator pra índio. Ano passado é que nós conseguimos um trator de pneus do Governador do Mato Grosso. Mas o trator de pneus não resolve, índio precisa de trator mais forte, de esteira".

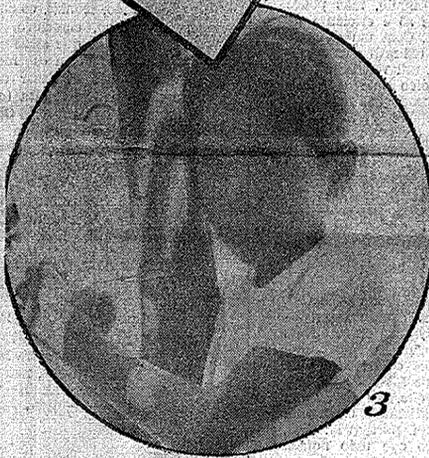
O capitão Tibúrcio diz também que está muito preocupado e confuso com esta história de emancipação: "A gente leu nos jornais que o Governo federal quer emancipar o índio, mas até agora não veio aqui ninguém da Funai para conversar sobre essas coisas. Nós índios não estamos sabendo o que quer dizer isso de emancipação. Para nós, emancipação é apenas uma palavra. Nós precisamos saber o que é, como vai ser feito. Nem o Hélio, chefe do Posto da Funai daqui, sabe explicar o que é, nem ele sabe. Acho que agora, com a vinda do Presidente da República, é que vão começar as conversas. Mas nós já tamos

muito preocupados, porque a gente lê nos jornais coisas que não sabe o que vai ser".

Afinal, como será a emancipação? Até o momento, nem o Ministro Rangel Reis e nem outra autoridade do Governo ou da Funai deram maiores detalhes sobre a intenção governamental de ir emancipando os grupos indígenas mais integrados. Sabe-se que a emancipação significará a saída da Funai das reservas indígenas, passando os próprios índios a administrarem a sua sorte. O índio emancipado deixará de ser regido pelo Estatuto do Índio e de ser considerado *menor de idade* para efeitos civis e penais. Em suma, deixará de ser índio, tornando-se um cidadão brasileiro.

Um ponto essencial do problema, sobre o qual o Governo ainda não manifestou opinião, é a questão da terra, elemento vital para a sobrevivência da comunidade indígena. As terras das reservas, que são atualmente de propriedade da União e administradas pela Funai em nome dos índios — os quais assim exercem legalmente a posse — passarão a ser uma propriedade particular como outra qualquer? Serão entregues individualmente para cada família indígena, ou coletivamente para toda a tribo? Poderão ser vendidas ou oferecidas como garantia contra a tomada de um eventual empréstimo bancário pelos índios?

Como estas perguntas ainda não foram respondidas, os líderes terenas estão preocupados com o futuro. É verdade que já contam inicialmente com uma vantagem pois, ao contrário do que ocorre com a grande maioria das nações indígenas brasileiras, eles não estão enfrentando no momento praticamente nenhum problema de invasão dos limites de suas reservas (a única exceção se verifica na aldeia terena de Limão Ver-



1 — Jair de Oliveira, vereador terena da Câmara Municipal de Aquidauana
2 — Tibúrcio Francisco, chefe da aldeia bananal
3 — criança terena do posto de Ipege
4 — índio terena do posto de Ipege

AP. 121
CADERNO
B

de, onde algumas centenas de hectares estão sendo disputados entre os índios e o fazendeiro Ridel Trindade, ex-Prefeito de Aquidauana. A Câmara de Vereadores de Aquidauana deu a propriedade desses hectares à Trindade, mas as 12 famílias terenas que moram lá há várias décadas recusam-se a abandonar o local.

A emancipação poderá trazer alguma ameaça às terras dos terenas? Prevendo tal possibilidade, o Conselho Tribal terena já está estudando há algum tempo a redação de um documento a ser entregue ao Presidente Geisel quando de sua visita, pedindo que as terras das reservas, caso venha mesmo a emancipação, sejam entregues coletivamente em nome de todo o grupo indígena. Possivelmente o documento pedirá também que as terras sejam consideradas inalienáveis (proibidas para a venda), por um prazo mínimo de 30 anos (uma geração indígena). O documento pedirá ainda uma maior assistência médica e maior apoio governamental ao desenvolvimento agrícola das aldeias da tribo.

Disse o *capitão* Tibúrcio: "O índio ainda não tem idéia de como o Presidente da República vai receber nossos pedidos, mas parece que Funai está com projeto para desenvolver a agricultura aqui, dando mais apoio. Isso é muito bom, mas precisa ver como vai ser feito, porque índio devia trabalhar e produzir aqui dentro das aldeias, e não nas fazendas dos outros. Senão, como índio pode ser emancipado?"

EMBORA sejam juridicamente *menores de idade*, os índios terenas não apenas participam, mas têm mesmo peso decisivo na vida política de Aquidauana. Cerca de 1 mil 500 terenas possuem título de eleitor e votam em todas as eleições. E quase todos na Arena, que tem nas aldeias suas mais fortes e fiéis bases eleitorais do município. Foram os votos terenas que decidiram as eleições para municípios em 1968 e 1972, em favor do Partido situacionista. Os brancos votavam no MDB, mas os índios, votando maciçamente na Arena, transformavam completamente o resultado final.

É evidente que o MDB continua protestando contra o fato de os índios poderem votar, mesmo sendo considerados irresponsáveis pelo Direito Civil. Argumentam os líderes oposicionistas locais que os índios são completamente controlados pela Funai e pelo poder político-econômico municipal. O vereador emedebista Marcos Magalhães conta que todas as tentativas do MDB de obter penetração política junto aos índios têm fracassado inteiramente: "Os índios são bobos, fáceis de ser controlados. Fizemos vários comícios nas aldeias, e os índios ficavam nos olhando, mudos, com caras de patetas. Não adiantou nada. Os cabos eleitorais terenas que conseguimos nos traíram e se passaram para a Arena. Nem o *capitão* adiantou nada. É fácil de entender: os índios não têm muito discernimento, e caem facilmente nas promessas e nos presentes dos chefes da política local, que realmente podem oferecer mais que nós. Estamos esperando que surja em Aquidauana um índio mais consciente, capaz de iniciar o processo de penetração do MDB dentro das aldeias indígenas."

O terena Jair de Oliveira é vereador pela Arena desde 1966 e representa o seu povo na Câmara Municipal. E justifica seu alinhamento ao Partido político do Governo: "É verdade que nem todas as minhas lutas pelo povo terena obtêm sucesso, mas tenho conseguido muita

coisa trabalhando aqui na Câmara, junto aos líderes da Arena. O diálogo, quando é levado a sério, funciona. Não acredito na contestação destrutiva, prefiro o diálogo construtivo."

Sobre a emancipação, Jair tem opinião formada: "Acho que a emancipação pode ser feita, mas num processo lento e gradual, de no mínimo quatro ou cinco anos. A emancipação não pode ser feita de maneira brusca, porque primeiro é preciso preparar o índio para poder sobreviver sozinho. Para ser emancipado, o índio precisa conhecer o mundo branco, saber ler e escrever e ter sua independência econômica. Só depois é que pode ser emancipado. Eu diria que, atualmente, uns 40% dos índios terenas estão prontos, mas os outros ainda não. Eu, pessoalmente, não tenho medo da emancipação, porque, se você perguntar a qualquer índio o que a Funai faz pelas tribos, ele responderá: nada. A Funai não serve para nada. A assistência que dá é mínima, e não vai fazer muita falta. Então, para que continuar a Funai lá?"

CONTINUANDO, disse Jair de Oliveira: "Mas é claro que é preciso acertar alguns detalhes, especialmente quanto ao problema das terras. Com a saída da Funai, as terras devem ser entregues em nome do grupo indígena, e o *capitão de aldeia* irá assumir o lugar do chefe do Posto da Funai. Além disso, as terras precisam ser dadas em caráter inalienável, porque se permitir que sejam vendidas, as reservas estarão logo reduzidas a alguns metros quadrados. Além disso, o índio ainda precisa da assistência do Governo, de assistência médica, de assistência técnica, etc. Essa assistência já é prestada hoje de forma muito deficiente. O correto seria aperfeiçoá-la, e não acabar com ela de uma vez. Mas, se o Governo quiser, poderá nos dar assistência mesmo depois da emancipação. Por isso, não tememos a emancipação."

Jair explicou ainda: "A função principal da Funai, na prática, é controlar a vida do índio, mantê-lo dentro das reservas e impedir que se perca pelo mundo branco e acabe se tornando um bêbado e miserável. Com a emancipação e o fim da tutela da Funai, o índio terá mais liberdade, mas também muito mais responsabilidade pelo seu destino. Eu, por exemplo, sou vereador, tenho meus documentos civis e não sou emancipado, mas para mim não faz diferença nenhuma, porque não estou sob a tutela da Funai. Nunca precisei pedir à Funai minha emancipação individual, porque tudo que eu quero é a emancipação de toda a tribo. Mas, para o índio da reserva, a emancipação deve vir apenas quando ele realmente não precisar mais da tutela e da proteção da Funai."

O ponto central do problema parece ser de fato este: os terenas estão ou não preparados para a emancipação? Já têm ou não a responsabilidade que precisarão ter depois de emancipados?

Na aldeia de Bananal, a Funai possui umas 40 ou 50 cabeças de gado, mas não dispõe de funcionários para cuidar dos animais, nem permite que os próprios índios o façam. Dessa maneira, o gado simplesmente não é aproveitado e a produção de leite é esporádica, quase inexistente. A Funai demonstra, portanto, falta de confiança no índio terena, pelo menos como pecuarista. E o leite seria muito necessário para a alimentação das crianças da aldeia. Esse fato pode ser um indicio da gravidade dos riscos que envolvem a passagem do paternalismo à independência.

ELLE ET LUI ART
A PARTIR DE HOJE

1ª LIQUIDAÇÃO
RUA GARCIA D'AVILA, 124
TEL.: 287-3261 IPANEMA

ARTIGOS NACIONAIS EXCLUSIVOS
A PREÇO DE CUSTO
MÓVEIS COM DESCONTOS ESPECIAIS
ABERTO ATÉ ÀS 22 HORAS.